

**PET no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 41.809 - GO
(2013/0098080-9)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
REQUERENTE : DARLAN CAMILO DA SILVA
ADVOGADO : SANDRO DE ABREU SANTOS E OUTRO(S) - GO028253
REQUERIDO : ESTADO DE GOIÁS
**PROCURADOR : FREDERICO MEYER CABRAL MACHADO E OUTRO(S) -
GO031749**

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por DARLAN CAMILO DA SILVA, em que requerendo a suspensão do processo, com fulcro no art. 104 do CDC, em virtude do trâmite de ação civil pública que discutiria a controvérsia existente nos presentes autos.

Passo a decidir.

O pedido não comporta acolhida.

Conforme relatado, o requerente pugna pela aplicação do art. 104 do CDC, o qual contém a seguinte redação:

As ações coletivas, previstas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes* a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Vê-se que o sistema processual brasileiro admite a coexistência de ação coletiva e de ação individual que postulem o reconhecimento de um mesmo direito, inexistindo litispendência entre elas.

Nada obstante, segundo o citado dispositivo legal, aquele que ajuizou ação individual pode aproveitar eventuais benefícios resultantes da coisa julgada a ser formada na ação coletiva, desde que postule a suspensão do feito individual, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da ação coletiva, até o julgamento da demanda de massa, podendo ser retomada a sua tramitação, no caso de a sentença coletiva ser improcedente, ou ser julgado extinto, sem resolução de mérito, por perda de interesse (utilidade), no caso de a sentença coletiva ser procedente.

Note-se que, para que o pedido de suspensão surta os efeitos preconizados no art. 104 do CDC, é necessário que ele seja apresentado antes de proferida a sentença meritória no processo individual e, sobretudo, antes de transitada em julgado a sentença proferida na ação coletiva.

Cito, a esse propósito, o seguinte excerto doutrinário sobre o

momento em que é possível pedir a suspensão da ação individual em razão da existência de ação coletiva correlata:

Outra dúvida: é possível requerer a suspensão da ação individual depois dos trinta dias previstos no art. 104 do CDC? A melhor interpretação, com a devida vênia, é no sentido positivo, reconhecendo-se a possibilidade de suspensão desde que (a) não tenha havido sentença no feito individual, e (b) ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença coletiva. Essa é a forma de interpretar as regras aplicáveis ao caso teleologicamente, aproveitando o máximo o processo coletivo, bem como suspendendo as ações individuais, o que favorece a gestão da massa de feitos, que assola o Poder Judiciário. Além disso, seria possível até mesmo sustentar que com a sentença coletiva antes da prolação da decisão na demanda individual, ocorreria perda superveniente do interesse de agir do indivíduo: qual a utilidade em obter uma sentença individual, se ele já dispõe do título executivo (ainda que provisório) consistente na sentença coletiva? Qual a utilidade de perseguir uma condenação individual, se já é possível liquidar e executar individualmente uma sentença coletiva?

É mais lógico e coerente, portanto, aceitar o pedido de suspensão da ação individual, desde que, insista-se, não tenha havido nela sentença (pois se já há sentença, já foi concedida a prestação jurisdicional e não é possível requerer a suspensão da ação individual para aguardar a sentença coletiva), bem como não tenha ocorrido o trânsito em julgado da decisão coletiva (pois após esse momento, não haverá mais a concomitância entre a coletiva e a individual, não havendo falar-se em suspensão da individual). (LEONEL, Ricardo de Barros, *in Manual do processo coletivo*, 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 298/299).

Com efeito, prestada a jurisdição em uma ou ambas as demandas, não é mais possível ao interessado buscar que o provimento judicial de uma prevaleça sobre o da outra, porquanto isso representaria clara afronta ao princípio do juízo natural.

Isso fica muito claro na hipótese dos autos, em que a parte, que já recebeu decisão judicial contrária à sua pretensão – qual seja, o acórdão que denegou a segurança – intenta, de fato, suspender o *writ* individual julgado para aproveitar eventual decisão coletiva que acolha a sua irrisignação.

Frise-se que, uma vez prestada a jurisdição, ela não pode ficar sob o jugo das partes, como quer o requerente. Essa, inclusive, é a inteligência do art. 485, § 5º, do CPC/2015 ("A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença"), que ratificou a jurisprudência do STJ então consolidada sob à égide do CPC/1973 (*vide*: AgRg na DESIS no REsp 1.436.949/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/06/2014; AgRg no REsp 1.150.146/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17/12/2010).

Assim, dada a falta de litispendência, o direito potestativo referente à suspensão do feito individual é assegurado ao autor somente até a prolação da sentença de mérito, sendo que, depois disso, a sua tramitação independe do desate da ação coletiva.

Na espécie, já tendo sido objeto de decisão de mérito o mandado

de segurança individual, encontrando-se o processo na fase de recurso ordinário acerca de questão jurídica que diz respeito ao mérito da causa, é inviável a aplicação do mencionado art. 104 do CDC.

Ademais, registre-se que já entendeu esta Primeira Turma que "o disposto no art. 104 do CDC não se aplica ao mandado de segurança e, por desdobramento, não gera a suspensão da apreciação do recurso ordinário interposto contra o acórdão que o denega" (AgRg nos EDcl no RMS 43.337/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 26/09/2017, DJe 07/12/2017).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

